

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL GANHA AINDA MAIS FORÇA NO ESTADO

Subsecretaria passa a contar com Superintendência de Inteligência (SINT), Diretoria de Combate ao Desmatamento e Unidades Regionais de Fiscalização



Uma das principais ferramentas no combate ao desmatamento ilegal, a fiscalização ambiental ganhou ainda mais força na reorganização administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), instituída pelo Decreto 48.706, de 26 de outubro de 2023.

Responsável pelo planejamento, o monitoramento e a execução do controle e da fiscalização ambiental em Minas, a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental passa a contar com a Superintendência de Inteligência (SINT), a Diretoria de Combate ao Desmatamento (Dcod) e a implementação das Unidades Regionais de Fiscalização (Urfis).

“Todas as tratativas, como a integração das unidades regionais de fiscalização à Subsecretaria de Fiscalização, a criação da

Diretoria de Combate ao Desmatamento e da Superintendência de Inteligência demonstram que o Governo de Minas acredita e investe no desenvolvimento, fortalecimento e estruturação da fiscalização ambiental no estado”, aponta o subsecretário de Fiscalização Ambiental, Alexandre Leal.

DIRETORIA DE COMBATE AO DESMATAMENTO

A Diretoria de Combate ao Desmatamento tem como competência reunir dados de ocorrência do desmatamento no território estadual e da cadeia do carvão vegetal, bem como planejar, monitorar e executar ações de combate às atividades irregulares, uma das prioridades da Semad.

O superintendente de Fiscalização, Gustavo Endrigo de Sá, explica que a diretoria será composta por servidores especializados no combate ao desmatamento, com mais de 15 anos de experiência no tema. A unidade funcionará como um centro de monitoramento. "Por meio da produção de relatórios e acompanhamento de indicadores, a diretoria deverá propor medidas fiscalizatórias no menor tempo possível para cessar as atividades ilegais", explica.

Ele ressalta ainda que o objetivo é potencializar a rotina de trabalho das equipes regionais de fiscalização da Semad e da Polícia Militar de Meio Ambiente. "Iremos promover estratégias que sejam capazes de aumentar o poder da fiscalização em dissuadir os infratores da prática ilegal", pontua.

UNIDADES REGIONAIS DE FISCALIZAÇÃO

As Unidades Regionais de Fiscalização têm como competência coordenar e executar ações fiscalizatórias do cumprimento da legislação ambiental; gerir denúncias e requisições ambientais; coordenar a tramitação de processos administrativos de autos de infração; e realizar a gestão de bens apreendidos em decorrência da lavratura de autos de infração, na sua respectiva área de atuação territorial.

"A reorganização administrativa está fortalecendo cada dia mais a fiscalização. Fui a primeira subsecretária de fiscalização do Estado e sei como é importante e árdua a função dessa turma, que viaja até nos finais de semana e faz um trabalho brilhante na luta contra o desmatamento", destaca a secretária Marília Melo.

As novas estruturas substituem as Diretorias de Fiscalização que, antes, eram ligadas às extintas Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams). São nove em todo o Estado: Alto São Francisco, Central Metropolitana, Jequitinhonha, Leste, Noroeste, Norte, Sul, Triângulo e Zona da Mata.

"Todas as tratativas, como a integração das unidades regionais de fiscalização à Subsecretaria de Fiscalização, a criação da Diretoria de Combate ao Desmatamento e da Superintendência de Inteligência demonstram que o Governo de Minas acredita e investe no desenvolvimento, fortalecimento e estruturação da fiscalização ambiental no estado".

Alexandre Leal
Subsecretário de
Fiscalização Ambiental

Foto: Robson Santos/Ascom Sisema



Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação IEF 2023

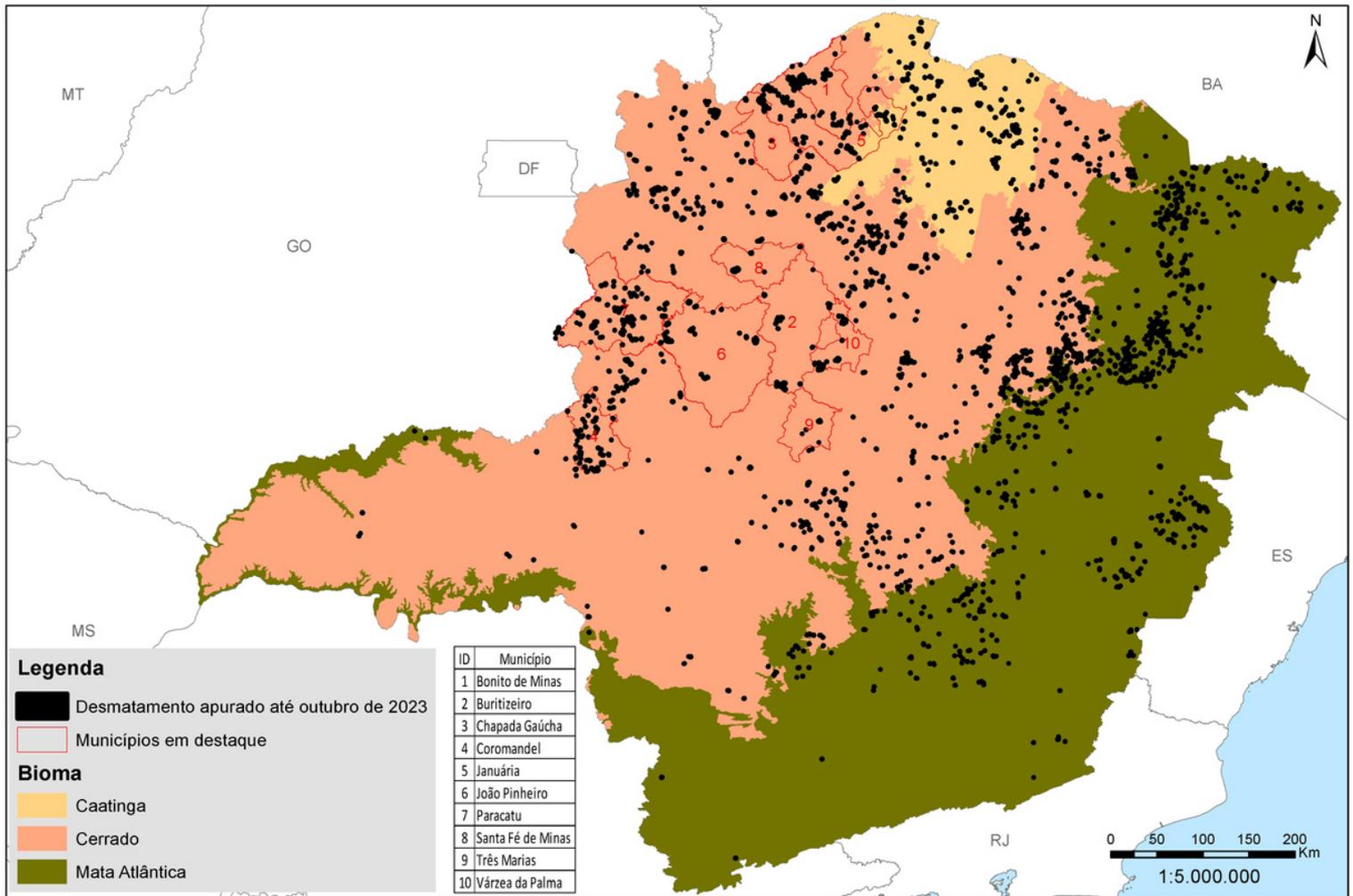




Foto: Ingrid Bao/Ascom Sisema

DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-NOV/2023)

110 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG

22.427 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA

10.118 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

6.378 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
2019	6.113	3.604
2020	6.334	3.347
2021	7.387	4.302
2022	10.632	6.523
2023	10.118	6.378
TOTAL	40.584	24.154

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA 2023

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	262	188
CERRADO	4.662	3.083
MATA ATLÂNTICA	5.146	3.080
NÃO IDENTIFICADO	48	27
TOTAL	10.118	6.378

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2023)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	838	535
CERRADO	17.096	10.711
MATA ATLÂNTICA	22.422	12.752
NÃO IDENTIFICADO	228	156
TOTAL	40.584	24.154





Foto: Ingrid Bão/Ascom Sisema

MINAS GERAIS É O PRIMEIRO ESTADO A TER UMA AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA ESPECIAL CONTRA CRIMES E INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Medida fortalece o combate às práticas lesivas ao meio ambiente por meio de acordos com outros órgãos. Prioridade é o tráfico de animais silvestres, desmatamento e mineração ilegais.

Minas Gerais é o primeiro estado brasileiro a adotar uma abordagem inovadora no enfrentamento aos crimes ambientais, integrando atividades de inteligência à fiscalização ambiental. Com a recém-criada Superintendência de Inteligência (SINT), subordinada à Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da Semad, as ações contra esses ilícitos contam, agora, com investigações aprofundadas, por meio de compartilhamento de informações e métodos analíticos, em atuação com outros órgãos, a fim de prevenir e combater, principalmente, o tráfico de animais silvestres, desmatamento e mineração ilegais.

Classificada, em 2022, como Agência de Inteligência Especial, por meio de resolução da Semad, a atividade pertence à Diretoria de Inteligência e Ações Especiais (Diae) da Semad, e está subordinada à SINT, criada com a nova reorganização administrativa da secretaria. Este ano, em decisão unânime, foi aprovado o ingresso da Diae/Semad ao Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp).

Com essa integração, o combate às práticas lesivas ao meio ambiente passa a contar com uma articulação com outros órgãos e demais agências de inteligência, proporcionando tomadas de decisão colegiadas, permitindo o desenvolvimento de informações de prevenção

e repressão a atos criminosos, além do desenvolvimento de estudos relativos a temas de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

“Estamos otimizando nosso trabalho e atuando de forma estratégica para que as ações sejam cada vez mais eficazes. O objetivo é acabar com esses ilícitos em Minas Gerais. A Agência de Inteligência Especial nos permite uma atuação conjunta com órgãos de combate a ilícitos ambientais, como a Polícia Civil, Polícia Militar, a Polícia Federal, Ministério Público de Minas Gerais, entre outros. A partir disso, há troca de conhecimento e fortalecimento do nosso enfrentamento”, comenta a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

Os temas prioritários para a Agência de Inteligência Especial, identificados pela superintendência, estão relacionados aos levantamentos de informações sobre o tráfico de animais silvestres, mineração e desmatamento ilegais. De acordo com a superintendente de Inteligência, Elisângela Tonon, a decisão se deve ao fato de que é observado, cada vez mais, que os ilícitos ambientais vêm sendo realizados de forma organizada. “Muitas vezes, eles estão diretamente relacionados com outros ilícitos, como a lavagem de dinheiro, corrupção, falsificação de documentos, crimes de

ocultação de patrimônio, sonegação de tributos, tráfico, entre outros”, comenta a superintendente. Segundo ela, isso exige uma atuação coordenada entre os entes públicos.

ACORDOS

Para essa otimização do trabalho de fiscalização, estão sendo feitas parcerias com órgãos e entidades cujas competências sejam afetas aos processos de fiscalização ambiental e de atividade de inteligência, por meio da proposição de assinatura de convênios, acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres.

Entre os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com a Semad, está um feito com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que visa estabelecer ações conjuntas para o intercâmbio de informações destinadas à prevenção e à repressão de ilícitos ambientais, bem como o desenvolvimento de projetos institucionais para fortalecimento da área e a capacitação de servidores das instituições.

Em agosto de 2023, a Semad firmou também ACT com a Secretaria de Estado e Segurança Pública de MG, para estabelecer mecanismos na utilização da rede de informática protegida da Sejusp, para fins institucionais. O objetivo é o compartilhamento, difusão, salvaguarda dos dados e de documentos de inteligência da Semad. Ainda este ano, está prevista a assinatura de ACT com o Sistema de Inteligência de Segurança Pública (Seisp-MG), colocando a Semad como integrante deste conselho.

ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

A inteligência ambiental tem natureza permanente e sistemática na produção de conhecimento para orientar decisões em políticas públicas. A atividade de inteligência divide-se em inteligência que transforma dados

em conhecimento e contrainteligência, que busca neutralizar a inteligência adversa. Na prática, a inteligência ambiental contribui para a elaboração de estratégias de combate às práticas lesivas ao meio ambiente, o planejamento da fiscalização e a responsabilização administrativa, utilizando dados para assessorar a tomada de decisões e proteger os interesses institucionais.



Foto: Ingrid Bão/Ascom Sisema

DOCTRINA

Para orientar a atividade, está em elaboração na Semad a Doutrina de Inteligência Ambiental, um conjunto de princípios, diretrizes, conceitos, normas e valores. Ela terá caráter normativo, dinâmico, adogmático, consensual, apartidário, unitário e inspirado na Doutrina Nacional de Inteligência estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do qual a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é o órgão central, e nas doutrinas de outras instituições integrantes do referido Sistema.



Foto: Ingrid Bão/Ascom Sisema

MINAS GERAIS REDUZ EM 62% O DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO, NOS OITO PRIMEIROS MESES DE 2023

A queda é apontada como resultado do aumento das fiscalizações, uso de tecnologias e articulação com municípios, sociedade e setor produtivo. No Cerrado em Minas, a redução do desmate foi de 12%.

Minas Gerais tem mais um bom resultado para mostrar ao mundo. O novo boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, divulgado nesta quarta-feira (29), mostrou que, nos primeiros oito meses de 2023, houve uma redução de 62% no desmatamento da Mata Atlântica em Minas, um percentual mais expressivo do que o registrado no Brasil, que foi de 59%. Os bons números se justificam pela intensificação no combate ao desmate no estado, na fiscalização preventiva e repressiva, além do investimento em estratégias com alta tecnologia e de articulação com municípios.

Os dados – consolidados na plataforma MapBiomas Alerta, a partir de uma parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica, a Arcplan e o MapBiomas, – apontam que a área desmatada no Brasil, entre janeiro e agosto deste ano, foi de 9.216 hectares, uma queda de 59% em comparação com o mesmo período de 2022. Em Minas Gerais, a área passou de 9.570 hectares para 3.599 hectares, o que representa uma queda de 62%.

Esse declínio não é uma novidade isolada. O boletim de julho da SAD Mata Atlântica já havia registrado uma diminuição de 47% no desmatamento desse bioma no estado.

"Minas Gerais está colhendo os frutos de um trabalho intenso de ações preventivas e repressivas. Recentemente, assinamos um termo de cooperação técnica com municípios para o desenvolvimento de medidas preventivas e conjuntas no combate ao desmatamento. Estamos em constante diálogo com os setores produtivos e governos municipais para conscientizar a sociedade sobre as consequências da atividade ilegal para o meio ambiente. Além disso, somos o primeiro estado do Brasil a usar uma Agência de Inteligência Especial para crimes ambientais", destaca a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

O número de alertas para o desmatamento no estado também está em queda. De acordo com dados do SAD Mata Atlântica, foram 1.513 alertas em Minas Gerais em 2022 e 700 em 2023, uma queda de 46%. "Ainda temos muito trabalho pela frente e sabemos dos nossos desafios. O desmatamento ilegal em qualquer bioma é uma vigilância constante, em que é necessário usar das melhores estratégias e ferramentas, além da articulação com os poderes municipais, o setor produtivo e a sociedade", afirma a secretária.



CERRADO

Para o bioma do Cerrado, Minas Gerais também tem bons números. De acordo com dados divulgados nesta terça-feira (28), pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Minas conseguiu reduzir em 12% a área suprimida nesse bioma. O percentual vai na contramão do país, onde o desmatamento do Cerrado cresceu em 3% em um ano, atingindo uma área de 11 mil quilômetros quadrados.

FISCALIZAÇÃO

Até 23 de novembro deste ano, foram feitas em Minas Gerais 10.118 fiscalizações, sendo que, destas, 6.378 geraram infrações ambientais. O número de fiscalizações em 11 meses já representa 95% de todo o ano de 2022, quando houve o recorde de 10.632 intervenções. A Mata Atlântica continua sendo o bioma com o maior número de operações (5.146), seguido do Cerrado (4.662) e da Caatinga (262).

Uma das estratégias usadas nessas ações é o monitoramento contínuo da cobertura vegetal para identificar, de forma mais ágil, casos de desmatamento, reduzindo o tempo de resposta para suspender as atividades e aplicar multas. Além disso, a fiscalização da cadeia do carvão vegetal foi intensificada, visando combater o uso de produtos provenientes de desmatamento ilegal. A Semad também promove palestras preventivas para orientar a sociedade, empresários e produtores rurais sobre práticas adequadas para a regularização prévia de intervenções ambientais.

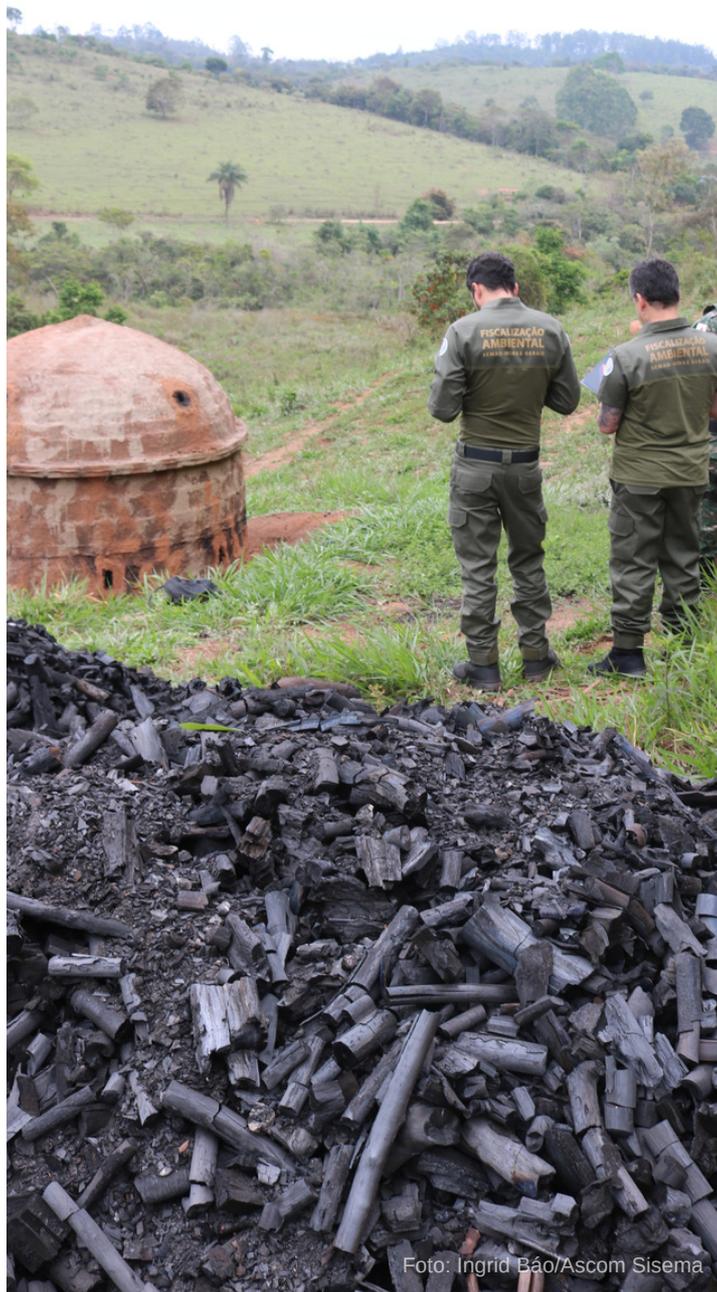


Foto: Ingrid Bão/Ascom Sisema





Foto: Divulgação Sisema

PRA E CAR SÃO FERRAMENTAS IMPORTANTES PARA O PLANO “MINAS CONTRA O DESMATAMENTO”

Informações compõem uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento

O Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) são duas das ações em curso que incorporam a iniciativa “Minas Contra o Desmatamento”. Até 23 de novembro de 2023, foram concluídas 2.355 análises do CAR no Estado. Desse total, 1.033 são de municípios integrantes do Minas Contra o Desmatamento, o que corresponde a 43,86% das análises concluídas no estado, com a convocação dos imóveis para adesão ao PRA.

Além das análises concluídas, 8.800 imóveis estão com a análise em andamento, sendo que 5.578 estão sendo realizadas nos municípios que compõem o “Minas Contra o Desmatamento”, representando 63,39% do total de análises em andamento.

Dos três municípios com mais análises concluídas realizadas (CARs notificados), três deles integram o Programa: João Pinheiro, Januária, Paracatu. Os municípios integrantes do “Minas Contra o Desmatamento” possuem, juntos, 30.988 CARs. Desse total, 6.611 já tiveram a análise iniciada, representando 21,33% do total de CARs dos municípios. A expectativa é que, até o final de 2023, pelo menos $\frac{1}{4}$ dos CARs dos municípios do plano tenham a análise pelo menos iniciada.

As informações do Cadastro Ambiental Rural são extremamente importante, pois compõem uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Participam do “Minas contra o Desmatamento”, prefeituras de sete municípios das regiões mais críticas em relação a focos de desmatamento em MG: Buritizeiro, Coromandel, Januária, João Pinheiro, Paracatu, Santa Fé de Minas e Três Marias.



Foto: Divulgação Sisema

Instituído por meio da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) compreende um conjunto de ações e medidas de natureza técnico-ambiental com o intuito de promover a regularização de posses e propriedades rurais no país, que apresentem passivos ambientais, incluindo a implantação da recomposição de tais áreas com vegetação nativa, identificadas a partir da declaração no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR é um registro público, eletrônico e de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, especialmente no que se refere às áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP).

Em Minas Gerais, a plataforma utilizada para a inscrição no CAR é, desde 2018, o SICAR-Nacional, fornecido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Após a implantação do CAR, a supressão de novas áreas de floresta ou outra forma de vegetação nativa é autorizada pelo órgão competente somente se o imóvel estiver inserido no cadastro. Minas Gerais conta, atualmente, com, cerca de, 1.041.000 imóveis rurais inscritos no CAR.

O IEF iniciou em 2022, de forma robusta e estruturada, a análise do CAR, adotando duas estratégias. A primeira é a análise individualizada, que consiste em realizar a análise de cada CAR individualmente, cruzando os dados declarados pelo produtor rural na plataforma com a realidade do imóvel e com a legislação vigente. Essa estratégia teve início com os CARs de imóveis rurais vinculados a processos de licenciamento e de intervenção ambiental, com um incremento significativo em 2023 com a implantação de projetos específicos com essa finalidade.

A segunda estratégia consiste na análise dinamizada, que é o cruzamento automático do sistema da declaração feita pelo produtor rural com uma base de dados própria da plataforma, que engloba mapeamentos realizados para todo o estado de Minas Gerais. Nessa modalidade, não há interferência de um técnico do órgão, já que ela é realizada totalmente de forma automatizada. A análise dinamizada está atualmente em fase de testes, sendo realizada em alguns municípios de forma piloto, com previsão de avanço a partir do 2º bimestre de 2024.



Para operacionalização do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que inclui também toda a gestão do Cadastro Ambiental Rural, o IEF criou, em 2022, o Programa PRA Produzir Sustentável. O Programa configura-se no planejamento estratégico do IEF para a Implantação do PRA e da regularização ambiental e produtiva dos imóveis rurais, considerando a diversidade ambiental, social e econômica do Estado, no qual as demandas e oportunidades estão divididas em 4 eixos, que se desdobram em objetivos, ações e metas nos níveis estruturante, estratégico, tático e operacional. Essas ações vão contribuir para a proteção da biodiversidade, segurança hídrica e alimentar, proteção do clima e para a melhoria da qualidade de vida nos territórios mineiros.

Além de beneficiar os ecossistemas, incluindo fauna e flora, o Programa também é voltado para proprietários e posseiros rurais, com foco em propriedades rurais de até 4 módulos fiscais, para populações rurais, para agentes da assistência técnica e extensão rural e para lideranças institucionais e demais atores locais e regionais que possuem atuação com aderência à temática da conservação e recuperação de ecossistemas.

Uma das premissas centrais do PRA Produzir Sustentável é considerar os produtores e trabalhadores rurais como os protagonistas do processo de regularização ambiental dos imóveis rurais, na busca por sinergia entre os setores ambiental e produtivo para a implementação dessa política pública.

OUTRAS AÇÕES E RESULTADOS

Fomento à recuperação do passivo ambiental por meio da doação de mudas, insumos e materiais



Diagnóstico dos viveiros de mudas do IEF e elaboração de Plano Estratégico de Revitalização da produção de mudas para fornecimento aos proprietários/possuidores e captação de recursos e parceiros para financiamento das ações de recuperação do passivo ambiental.

Fornecimento de assistência técnica e extensão rural para adequação ambiental e produtiva dos imóveis rurais



Oficinas para 1.100 agentes de assistência técnica e extensão rural para elaboração de projetos de regularização ambiental, focados na adequação ambiental e produtiva de imóveis rurais. Uma dessas oficinas, com foco no Programa PRA Produzir Sustentável, foi realizada no município de Paracatu, alvo do “Minas contra o desmatamento”.



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em outubro de 2023, o Programa PRA Produzir Sustentável foi apresentado durante reunião da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio São Francisco, com ênfase no Plano de Ação “Minas contra o Desmatamento”. Na oportunidade, foi apresentado o Plano Municipal de Conservação do Cerrado (PMCC), que será elaborado no ano de 2024 nos municípios que assinarem o Termo de Cooperação Técnica (TCT) com o estado. Foi solicitado apoio aos presidentes dos comitês estaduais presentes na reunião para a mobilização social referente às ações planejadas.

No mesmo mês, a Unidade Regional de Fiscalização (URFis) Norte de Minas realizou, em Januária, uma apresentação sobre o plano “Minas Contra o Desmatamento” na reunião do Conselho do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu.

Esse conselho é formado por representantes de áreas protegidas localizadas na margem esquerda do Rio São Francisco, entre as regiões norte e noroeste de Minas Gerais e parte do sudoeste da Bahia.

O mosaico envolve unidades de conservação ambiental da região, comunidades tradicionais e a Terra Indígena Xakriabá. O objetivo da apresentação foi levar a conhecimento e debate as atividades que estão sendo desenvolvidas no âmbito do “Minas Contra o Desmatamento”, atividades estas que envolvem diretamente a região norte e nordeste de Minas Gerais, já que esse território vem sofrendo com altos índices de desmatamento no estado.

A apresentação abordou as ações que já vem sendo desenvolvidas e que serão executadas pelo programa, a exemplo das operações de combate ao desmatamento nas regiões de maior pressão, o trabalho do monitoramento contínuo realizado pelo IEF e os avanços implementados pela Rede Brasil Mais, o apoio da COMAVE com a operação Besouro Verde, as ações de educação ambiental com o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis, fiscalizações preventivas, palestras e dias de campo. Foi abordado, ainda, por servidores da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Médio São Francisco do IEF, o Plano Municipal de Conservação do Cerrado. A reunião contou com cerca de 30 participantes.





MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link:

www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.